

Revista de Guimarães

Publicação da Sociedade Martins Sarmento

CONGRESSO NACIONAL ESPANHOL DE ARQUEOLOGIA, 3.º. DO CASTRO DE VILA NOVA DE S. PEDRO À CITÂNIA DE SANFINS.

PAÇO, Afonso do

Ano: 1953 | Número: 63

Como citar este documento:

PAÇO, Afonso do, Congresso Nacional Espanhol de Arqueologia, 3.º. Do Castro de Vila Nova de S. Pedro à Citânia de Sanfins. *Revista de Guimarães*, 63 (3-4) Jul.-Dez. 1953, p. 683-698.

Casa de Sarmiento
Centro de Estudos do Património
Universidade do Minho

Largo Martins Sarmento, 51
4800-432 Guimarães

E-mail: geral@csarmiento.uminho.pt

URL: www.csarmiento.uminho.pt



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons
Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

ções, de ignorante que sou, despertar em V.^{as} Ex.^{as} o interesse de contribuirem, com a sua inteligência, com os seus conhecimentos e com a sua erudição, para o estudo completo da Cultura castreja da Idade do Ferro no Noroeste da Península.

Finda a leitura deste trabalho, foram feitas algumas observações pelos Snrs. Filgueira Valverde e Russell Cortez, que o autor da Comunicação contestou, defendendo os seus pontos de vista. Aqueles Congressistas procuraram apresentar uma explicação plausível quanto a certos detalhes de construção das casas castrejas, no que respeita à ausência de portas e aos supostos tectos em abóbada.

Foi em seguida concedida a palavra ao Sr. Tenente Coronel Afonso do Paço, que leu um interessante trabalho a que deu o título «*Do Castro de Vila Nova de S. Pedro à Citânia de Sanfins*». Concedeu-nos o seu ilustre autor a honra de aqui o transcrevermos :

Do Castro de Vila Nova de S. Pedro à Citânia de Sanfins

Sendo uma das principais finalidades deste Congresso o conhecimento de citânias e castros do Noroeste peninsular, e limitada a exposição que nos incumbiram de fazer, para não tyrannizar V.^{as} Ex.^{as}, sobrecarregados com tanta e tão diversa ciência em tão poucos dias, não queremos deixar, primeiro que tudo, de dirigir o nosso pensamento, e porventura encaminhar o vosso, para o patrono desta casa, Martins Sarmiento, pioneiro entre nós dos estudos castrejos, probidade científica indiscutível, Mecenas que colocou os seus avultados haveres ao serviço da investigação arqueológica.

Prestada esta homenagem, e como Sarmiento não se ocupou apenas de citânias, relevem-nos que, num esboço rápido, digamos alguma coisa dos tra-



Figs. 1 e 2 — *Castro de Vila Nova de S. Pedro. Trechos de muralha encontrados na campanha de 1951*

balhos a que estamos ligados na arqueologia portuguesa, bem como dos problemas suscitados.

Um deles, o Castro de Vila Nova de S. Pedro, povoado do Bronze I, Bronze Mediterrâneo I ou Eneolítico, situado no concelho de Azambuja, em pleno Ribatejo de hoje, tomou ultimamente tal rumo, que nos encontramos, a Dr.^a D. Maria de Lourdes Arthur e nós, em ansiosa expectativa, de olhos atentos ao mais

pequeno pormenor que a marcha das escavações vai pondo a descoberto.

Não vamos descrever as suas características, de sobejo conhecidas em variadas publicações que se fizeram, nem relatar os materiais recolhidos nas 16 campanhas realizadas, primeiro com subsídios do Instituto de Alta Cultura e depois do Ministério das Obras Públicas — Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.

Enquanto que as escavações de 1937 a 1950, que realizámos com o saudoso P.^c Eugénio Jalhay, tiveram lugar em terrenos agricultados ou revoltos pela picareta dos pesquisadores de tesouros, nas de 1951 e 1952, com a Dr.^a D. Maria de Lourdes Arthur, encontrámos uns restos de estratigrafia e da muralha interior do reduto central.

Tais achados revolucionaram por completo a marcha das escavações neste castro.

No ano passado procuramos muralha e estratigrafia, se é possível, com redobrada insistência e meticulosidade, e de facto, numa escassa nesga de terreno, conseguimos escavar três ou quatro metros quadrados de terras não revolvidas, assentes sobre o tufo calcáreo que constitui a base do povoado.

Estavamos perante uma camada estratigráfica correspondente aos primeiros habitantes do castelo e que, pela espessura, 25 a 30 centímetros, representaria uma longa permanência das gentes que ali viveram.

Também encontrámos outro pano interior de muralha e pareceu-nos que o estrato se lhe encostava.

Se assim for, teremos restos dos primeiros habitantes e de um reduto por eles construído para sua defesa.

É certo que tal fortificação também poderia ter sido edificada mais tarde, buscando-se para seu alívio o tufo calcáreo.

Só um reconhecimento que terá lugar durante a campanha do presente ano, e uma sondagem para além da paredita seu limite interior, nos permitirá saber o que há de verdade sobre tal assunto.

Buscamos também o contorno exterior da muralha, preenchida a meio, segundo cremos, de terras e pedras.

Numa prospecção que ao findar a campanha do ano passado fizemos do lado de fora do morro, em terras provenientes de desmoraamentos, encontramos restos de cerâmica campaniforme, que presumimos tivesse pertencido a povos que depois se vieram estabelecer no castro.

É que, na escassa amostra estratigráfica que escavamos, não se encontrou nenhum indício de campaniforme ou mesmo de recipiente com decoração pontilhada.

Na cerâmica proveniente do estrato havia ligeiros sulcos incisos, linhas quebradas ou paralelas e pouco mais, além de algumas protuberâncias mamilares. Pelo contrário, eram abundantes nele as vasilhas ornamentadas com ligeiros brunidos, mesmo enxadrezados, principalmente nos copos cilíndricos, de fundo ligeiramente abaulado e de bordos abrindo docemente em tulipa.

As placas de barro são nesta camada, por vezes, maiores, mais grosseiras e escassas.

Não vimos ali cilindros de calcáreo, escasseiam os instrumentos metálicos, fragmentos de cadinho ou jorra de fundição. Todavia não se deve esquecer que é impossível tirar conclusões definitivas em tão escasso tracto de terreno.

Abunda pelo contrário a utensilagem de sílex: pontas de seta, faquitas, furadores, serrinhas e foicinhas; os instrumentos de osso: espátulas, furadores, contas, etc.

Ainda nesta camada inferior, rente ao tufo calcáreo, deparamos com fragmentos de uma cerâmica muito fina, de cor avermelhada, provida de caneluras e como que envernizada. Não a julgamos coisa da região, mas trazida de longe pelos primeiros povos que ali vieram estabelecer-se.

Ao referido achado de estratigrafia e obra de fortificação veio juntar-se um outro nada menos curioso, na campanha de 1952: o de um forno de cozer louça, que encostado a uma curvatura da muralha, foi edificado sobre a camada de estrato acima

referida de 25 a 30 centímetros, o que nos parece atestar ser de feitura mais recente do que ela.

Apesar de muito destruído, tem ainda cerca de metade do seu diâmetro e uma parte da abóbada lateral, constituída de pequenas pedras encostadas a uma grossa parede exterior que protege toda a obra de arte.

Sobre o lar, térreo e calcinado, havia fragmentos de diversas vasilhas, uma delas decorada com sulcos horizontais.

Em frente do forno, um depósito de barros vermelhos utilizados no fabrico de cerâmica. Ao lado uma cisterna ou poço aberto no tufo calcáreo e identificado em 1944.

A alguns destes problemas que acabamos de referir e cuja solução nos compete procurar, vem juntar-se outros para os quais é precisa a cooperação de cientistas especializados, como seja o da classificação de sementes de linho, trigo, cevada, fava e bolota, feita por paleobotânicos, as análises químicas, metalográficas e espectrográficas dos objectos metálicos e jorras de fundição, a classificação das rochas utilizadas em todos os objectos líticos, como mós, machados, percutores, goivas, contas, etc., as análises polínicas de terras e a classificação das madeiras incarbonizadas para conhecimento da flora que rodeava o homem de então, a determinação das espécies de animais pelo estudo dos ossos chegados até nós, a própria medição do carbono 14.

Mas, se levantando os olhos deste povoado, estendermos a vista para as penínsulas de Lisboa e de Setúbal, para uma e outra margem do Tejo, uma série de novos problemas nos surge, que não podemos deixar de relacionar com os do nosso castro.

É para nós coisa assente, convicção que nos vem do tempo das escavações em Alapraia e S. Pedro do Estoril com o P.^o Eugénio Jalhay, de que esta civilização nos chegou por via marítima, tendo por entradas os estuários do Sado e do Tejo.

Provam-no sobejamente Alapraia, Palmela, Carenque, S. Pedro do Estoril, Monge, S. Martinho de Sintra, Cascais, Ribeira da Lage, Folha de Barradas e tantos outros que seria longo enumerar.

A cerâmica ricamente decorada em que há campaniformes e taças providas ou não de pé, as suas indústrias de mármore com ídolos cilíndricos, crescentes, sandálias, «herminettes» encabadas e pinhas; as grutas abertas no calcáreo tenro, como as de Alapraia, Palmela, Carenque e S. Pedro do Estoril; as «tholos» do Monge, S. Martinho de Sintra, Agualva, Barro, etc., de um processo de construção inconfundível, dão às estações das penínsulas de Lisboa e Setúbal uma característica sem par nas outras regiões arqueológicas de Portugal.

Também somos de crer que quando as embarcações destas gentes aportaram aos estuários do Sado e do Tejo, não encontraram a terra despovoada, mas viveriam nela outros povos com a sua civilização própria, acabando as duas por se fundir na pujante manifestação de vitalidade que se observa em Liceia, Olelas, Ota, Pedra de Ouro, Outeiro da Assenta, Vila Nova de S. Pedro, etc.

O difícil está em destrinçar o que pertencia a uns e outros, e é este problema que pretendemos desvendar em Vila Nova de S. Pedro com o aparecimento da camada de estrato.

Igual caso se apresentará por exemplo em Liceia e Olelas, pelo que tais escavações, quando se realizarem, devem ser revestidas da maior meticulosidade.

Se, finalmente, lançarmos os olhos para a margem esquerda do Tejo, outros casos nos surgem, com as diferenças de civilização dos dois lados do rio.

A riqueza em ornamentação e material que observamos na margem direita, não se comunica à esquerda nem ultrapassa determinado paralelo.

Marcar o seu limite norte na península de Lisboa e relacioná-lo com os castros da margem esquerda, tipo Pavia, Vidais ou S. Bento, é outro assunto que é preciso encarar de frente.

Há necessidade de procurar no Alentejo povoados deste último tipo, escava-los metódicamente e estudá-los, relacionando-os com os de Lisboa e Setúbal.

Programa vasto este, a que é preciso dar início e para o qual é necessário, logo de começo, uma organização dos serviços arqueológicos por parte do Estado, coisa que infelizmente nem sequer foi esboçada.

*

Mas deixando os problemas existentes no centro do país, avancemos mil anos na História do Mundo e fixemos a nossa atenção numa citânia do Noroeste, a que os destinos também nos ligaram, a citânia de Sanfins.

Começada a explorar em 1944 pelo P.^e Eugénio Jalhay, colaboramos com este malogrado amigo nas escavações de 1946 a 1950, e há dois anos que as vimos dirigindo sózinhos.

A campanha deste ano será a décima de uma série ininterrupta subsidiada pelo Ministério das Obras Públicas — Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.

Até agora puzeram-se a descoberto 76 casas, reconheceram-se três grandes ruas, identificou-se um reduto central fortemente guarnecido.

Devemos aos Serviços Cartográficos do Exército, por gentileza do Ex.^{mo} Chefe do Estado Maior, General Barros Rodrigues, o levantamento topográfico das muralhas, que somadas, atingem 3.400 metros, dos quais 540 cercam o reduto central, 1.100 constituem como que a segunda ordem de muros e 440 limitam uma espécie de bairro que a ocidente se estende para além da cintura exterior. Os restantes 1.320 metros envolvem todo o conjunto referido.

Se, deixando as muralhas até agora identificadas passarmos uma vista de olhos pela superfície que elas limitam, chegamos aos seguintes números:

Área com vestígios de habitação —	97.280 metros quad. ^{os}		
Área sem vestígios de habitação —	<u>57.040</u>	»	»
Superfície total dentro das muralhas	154.320	»	»

Da área habitada apenas se escavaram 5.960 metros quadrados, isto é, menos da 16.^a parte. Esperamos que o ritmo das explorações se possa acelerar nos próximos anos, pois a manter-se o mesmo, mais de um século e meio será necessário para se chegar ao fim.

Nos primeiros anos de trabalho deixaram-se as pareditas das edificações tal qual se encontravam,

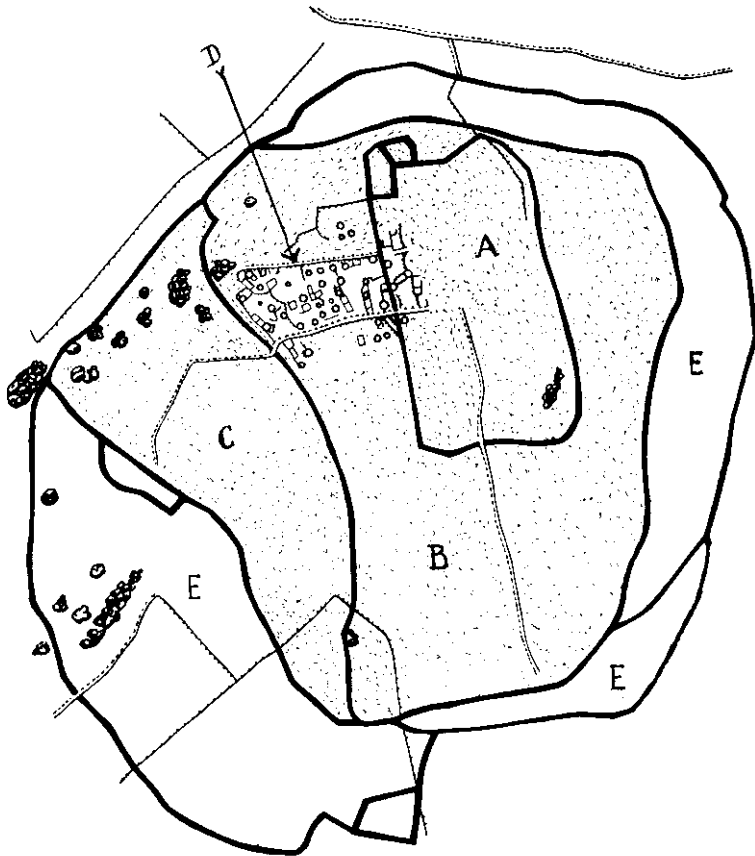


Fig. 3 — *Planta das muralhas da Citânia de Sanfins*

A, B, C — Área com vestígios de habitação.

D — Área escavada.

E — Área sem vestígios de habitação.

isto é, sem proceder à sua consolidação. Bem depressa se verificou que a manter-se este sistema, a citânia seria em breve um amontoado de ruínas, sem o menor interesse científico ou turístico, perdendo-se por completo o traçado das ruas, paredes e casas.

Em 1949, ante a destruição que os invernos causaram, tivemos de encarar sériamente o problema de a conservar, iniciando-se a consolidação da parte escavada e da que íamos descobrindo.



Fig. 4 — *Citânia de Sanfins. Um trecho da zona escavada*

A visita, durante alguns dias na semana, de uma espécie de guarda, que coloca no seu lugar uma pedra que cai, ou corta uma planta que começa a vicejar, tem permitido manter certa ordem em todo o conjunto.

Pretendendo dar-se a este castro, ao lado do seu valor científico, um cunho turístico, tem sido as escavações, dentro da medida do possível, orientadas nesse sentido.

Assim, sendo uma das bases do Turismo as vias de comunicação, há um projecto de estrada que

chegará até junto da sua muralha exterior. Uma indispensável casa de guarda se pensa também estabelecer. Por isso, as escavações, desenroladas nos primeiros anos num ponto central, dirigem-se hoje para o projectado local de acesso, a fim de que o visitante possa entrar imediatamente na zona posta a descoberto.

Guiados por Contador de Argote, que na primeira metade do século XVIII nos deu uma curiosa descrição do muito que ainda então se via da citânia, procuramos verificar o que há de verdade nos seus escritos, às vezes acoimados de fantasiosos.

A reconstrução das muralhas, é uma coisa necessária e mesmo urgente, para se defender o conjunto dos gados que no monte buscam pascio e que de preferência escolhem os relvados da parte escavada, destruindo na sua passagem as fragéis pareditas que lhes dificultam o acesso.

Outro problema que precisamos de resolver, e esse dos mais difíceis, é o da remoção dos entulhos, das pedras e das terras em excesso, que os anos e as escavações acumularam e que agora, para que o traçado da citânia fique bem patente, é preciso levar para além das suas muralhas, para local que no futuro não cause estorvo aos trabalhos que se venham a realizar.

Esta citânia, é preciso não o esquecer, sofreu enorme devastação nos fins do século passado e começo do presente, sendo grande porção das pedras facetadas das suas casas e muralhas levadas para tapar as bocas das imediações e mesmo construir moradias na vizinhança. Era mais simples e económico carregar os bois com um carro de pedra já cortada e aparelhada, do que pagar a um pedreiro para tal fim.

Em consequência desta razia são hoje raros os exemplares com motivos castrejos, que certamente deviam de ter existido em povoado como este, e se encontram com relativa frequência em outros de menor importância.

Lembrámo-nos também de que burgo tão notável não devia permanecer isolado, mas sim conter à roda outros de menor valor, mesmo um sistema

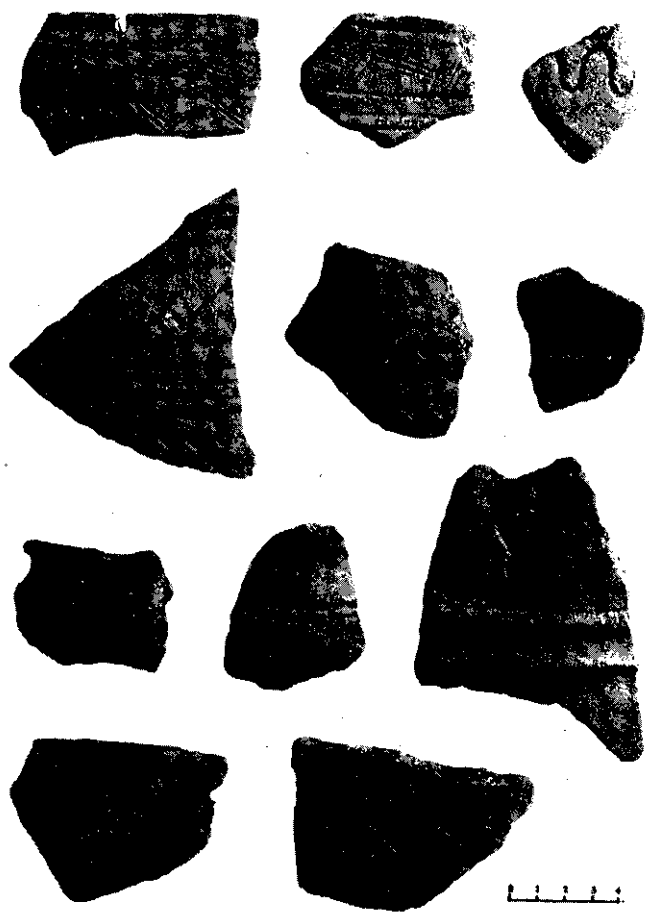


Fig. 5 — *Citânia de Sanfins. Fragmentos de cerâmica ornamentada*

defensivo que desse o alerta em caso de ataque. Procuramos e visitamos então, com a ajuda de amigos e conhecedores da região, vários locais já assinalados ou não, como o Monte do Crasto, Senhor do Socorro, Roriz, Santa Margarida, Padrão, Real e Bustos, além de outros, que não são mais do que castros disseminados à roda da elevação montanhosa que tem como ponto culminante a citânia.

Talvez mesmo se possa considerar como uma guarda avançada deste conjunto, entre outros, o de S. Pedro da Raimonda, de que quase só nos resta o topónimo, agarrado como líquen a penedias ciclópicas, donde a erosão e a mão do homem já desagregaram quase todos os elementos castrejos.

Deixando a região circundante, penetremos dentro da parte escavada da citânia e vejamos alguns aspectos que mais directamente nos possam interessar.

Certos agrupamentos de casas, rodeadas de muros, dão-nos a impressão de que constituíam agregados independentes, talvez uma família no sentido que hoje damos a esta palavra, com os seus pertences: habitação de gentes, cozinha, dependências de animais.

No concelho de Marvão, situado no Alto Alentejo, que percorremos a pé em quase todos os sentidos, para com mais segurança colher elementos para uma carta arqueológica, encontram-se ainda hoje muitas casas redondas, denominadas «sochas», no geral espalhadas pelo campo e destinadas à recolha de animais, guarda de palhas, alfaias agrícolas, etc.

Algumas, porém, formam agregados familiares, para gentes, alfaias e animais, separadas por um muro, tal qual em Sanfins.

Nas casas redondas de Marvão de hoje, a cozinha tanto pode ser na de habitação, como isolada numa outra para evitar incêndios dos mais ricos haveres.

O problema da sustentação dos tectos também nos tem preocupado, nas escavações a que se procedeu. Devemos porém dizer, que nas 76 casas postas a descoberto, só uma continha ao centro, cavado na rocha, um orifício redondo, que poderia

servir de apoio à vara que, segundo alguns, existiria ao centro para sustentar o tecto.

Voltando a Marvão, diremos que nas dezenas de casas redondas que visitamos, nenhuma continha tal espeque. O tecto, de forma cónica, é constituído por uma série de prumos mais grossos, fortemente seguros à parede da casa, havendo de per-meio outros mais finos, tudo sòlidamente ligado. Por cima, uma cobertura de giesta em vez de palha.

Dizem os marvanejos que aquela é mais duradoura e menos inflamável. Afirmaram-nos também que o tecto assim constituído não é arrastado pelos ventos.

Do lajeado das calçadas e pátios da citânia encontrámos já poucos elementos, contrariamente ao que havia ainda nos tempos de Argote.

São raríssimas as casas que apresentam restos de pavimento de terra batida. Apenas umas três em todo o conjunto.

Outro problema a que prestamos maior atenção no decorrer das escavações, é o da recolha de qualquer indício que nos permita reconhecer a intensidade da romanização.

Pelos elementos observados até hoje, quer-nos parecer que ela não foi muito grande.

Nas cerâmicas, o que predomina é o elemento castrejo. São poucos, para tamanho povoado, os restos de ânforas e também não são muitos os elementos da negra ampuritana. A *sigillata* e a vidraria é bem diminuta.

De moedas, afora o tesouro encontrado numa panelita em 1950, que continha 288 denários da República, o mais antigo datado de 230-220 a. C. e o mais moderno de 28 da mesma era, são poucas as que encontramos e todas elas queimadas.

Temos a impressão de que os habitantes da citânia, ciosos das suas liberdades e independência, viviam nas povoações castrejas o mais possível alheados do odiento invasor que, sequioso de riquezas, apenas cobiçava as suas fortunas e haveres.

O caso do tesouro deve dizer respeito a um negociante ou a um usurário, morto ou captivo em

combate nos últimos anos da República. O numisma da família IVLIA cunhado no ano 28 a. C. assim o parece demonstrar.

Como explicar o achado de dois quinários de P. CARISIVS, do ano 25 a. C. próximo do tesouro e bastante queimados?

Lembremo-nos de que os autores latinos nos referem a divisão das províncias entre Augusto e o Senado, no ano 27 a. C., dizendo-nos que a Lusitânia do Norte do Douro, a Callaecia e a Astúria, foram juntas à Citerior, pelo facto de na guerra cantábrica tomarem parte calaicos e ástures e por isso às vezes se denominar guerra cântabro-asturo-calaica.

Que Augusto tomou o comando das legiões no ano 25 para combater os revoltosos, mas que, tendo adoecido, recolheu a Tarragona e confiou a chefia das operações cantábricas a Antístio e das astúricas a CARISIVS que, por si ou pelas suas tropas, deve ter pelejado na nossa citânia, incendiando-a e destruindo-a, factos de que há bem evidentes indícios.

As moedas de CARISIVS, teriam sido trazidas por este general ou pelos seus soldados depois do ano 25, não estando ainda em curso entre os moradores da citânia quando da sua chegada.

O que se teria passado no nosso castro depois desta luta?

Os factos até agora conhecidos, não são indicativos de grande pujança. Não é de estranhar. Tão importante centro populacional, devia ter tomado papel de relevo no alevantamento contra o negregado invasor. Sendo assim, sobre ele devia ter incidido todo o peso das legiões romanas, que destruindo a cabeça da revolta, sem luta de maior teriam submetido todos os povos satélites, matando ou reduzindo à misera condição de escravos aquelas gentes tão independentes e ciosas das suas liberdades.

Do Império são por enquanto raros os vestígios: um ou outro fragmento de *sigillata* ou vidro e uma moeda do século III. Lembremo-nos porém de que é cedo para tirar conclusões, tendo-se apenas escavado a 16.^a parte da superfície habitada.

Duas palavras ainda :

Depois do longo peregrinar de V.^{as} Ex.^{as} por castros e citânias do Noroeste, terra sagrada de nossos maiores e empapada com o seu sangue, é preciso que nós, os peninsulares, nos habituemos a venerar esses admiráveis antepassados que lutaram até ao último extremo pela defesa dos seus lares e dos seus haveres, cobiçados pelas insaciáveis gentes de Roma, ávidas de tudo o que pudesse trazer fortuna.

Não se deve enfileirar totalmente ao lado dos escritores latinos que, raivosos das vitórias sucessivas dos Viriatos, denegriram a sua fama e a das suas gentes, por outra coisa não poderem fazer.

Admiremos na tática dos generais peninsulares uma grande mobilidade, conhecimento e adaptação ao terreno, subtileza na arte da guerra que as massudas legiões não possuíam, e por isso sofreram pesadas derrotas.

Rematada loucura seria se, dispondo de poucas gentes e ligeiro armamento, descessem à planície a combater as hostes inimigas, sugeitando-se a graves perdas.

Coloquemos em devido pedestal os nossos chefes de então, não acoimando de bandoleiros, selvagens ou canibais mesmo, gentes como as de Numância ou do Monte Medulim, assemelhadas no heroísmo ainda em nossos dias, felizmente com êxitos diversos, pelos valorosos companheiros de armas do Alcazar de Toledo.

— — —

Foi este trabalho devidamente apreciado, e sobre ele se pronunciaram os Congressistas Srs. Pericot Garcia e Pio Beltran.

Cabia depois a vez à Comunicação do Sr. Professor Dr. Carlos Teixeira, da Universidade de Lisboa, que por não ter podido deslocar-se a Guimarães, a entregou ao Sr. Afonso do Paço, para que este a apresentasse à Sessão. Devido porém ao adeantado da hora, foi resolvido suprimir-se a leitura deste trabalho intitulado «*A evolução paleo-geo-*

gráfica do Noroeste português», que será oportunamente publicado nas Actas do Congresso, e que o autor consentiu igualmente se publicasse neste Relatório da Revista da Sociedade Martins Sarmento, pelo que a seguir o transcrevemos :

A evolução paleogeográfica do Noroeste português

A evolução paleogeográfica do Noroeste português durante os tempos plistocénicos pode dizer-se razoavelmente conhecida nas suas linhas gerais. Faltam, por certo, muitos elementos de pormenor e subsistem dúvidas; contudo, o quadro geográfico em que se sucederam os mais antigos povoamentos humanos da região pode ser reconstituído a partir dos elementos geológicos e morfológicos conservados *in loco* e de cujo estudo se têm ocupado autores diversos (Pereira Cabral, Serpa Pinto, Lautensach, Zbyszewski, C. Teixeira, etc).

Os níveis e depósitos de terraços dos vales dos rios, os níveis e depósitos de praias antigas das regiões litorais, com os quais aqueles se continuam lateralmente, permitem reconstituir as posições diferentes da linha de costa no decurso do Quaternário.

Em todo o litoral português observa-se um nível de praia de 5 a 8^m de cota, acima do mar actual. Os depósitos destas praias compreendem em alguns pontos, como na Insua de Caminha e em Âncora, além de conchas de moluscos (*Lithorina*, *Nassa*, *Patella*, *Purpura*, etc.), indústrias paleolíticas acheulenses e languedocenses.

Deste nível de praia, — Grimaldiano II —, cujas cascalheiras repousam, por vezes, sobre uma camada espessa de «limon» amarelo, passa-se por um pequeno degrau para segundo nível, de cota entre 12 e 20^m, ou seja o Grimaldiano I.

Por novo degrau, quase sempre bem marcado, atinge-se terceiro nível de praia, com seus depósitos